

Determinantes das pessoas em situação de rua que já foram presas: uma análise econométrica a partir dos dados do Censo dessa população na cidade de São Paulo (2021)

Determinants of homeless people who have already been arrested: an econometric analysis from the Census data of this population in São Paulo city (2021)

Sofia Lopes Shikida^I , Paulo Henrique de Cezaro Eberhardt^{II} ,
Daniel Kiyoyudi Komesu^{III} 

^I Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR, Brasil

^{II} Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, PR, Brasil

^{III} Pezco Economics, São Paulo, SP, Brasil

RESUMO

As pessoas em situação de rua constituem uma categoria social complexa, sendo que suas representações tendem a concebê-las pela perspectiva do abandono, do uso abusivo de álcool e/ou drogas, do malogro laboral, dos conflitos familiares etc. Há, em alguns casos, a marca de uma passagem pela prisão que amplia a negativa cotidianidade com a história pregressa. Este trabalho teve como objetivo analisar os determinantes das pessoas em situação de rua que já foram presas, utilizando uma abordagem econométrica a partir dos dados do Censo dessa população realizado pela Prefeitura de São Paulo. Como resultado, entre as variáveis mais importantes para explicar se uma pessoa em situação de rua já foi presa estão a idade, o sexo, se já recebeu algum tipo de benefício e os usos de bebida alcoólica e droga. Assim, a cada ano de idade, a pessoa em situação de rua tem uma probabilidade 0,4% menor de ter sido presa. Ser homem aumenta a probabilidade de a pessoa em situação de rua ter sido presa em 18%. Receber algum tipo de benefício aumenta a probabilidade de já ter sido preso em 5%, enquanto o uso de bebida alcoólica e drogas aumenta essa probabilidade em 4% cada.

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua; Passagem prisional; Regressão logística

ABSTRACT

Individuals experiencing homelessness constitute a complex social category, and their representations are often conceived from the perspective of abandonment, abusive alcohol and/or drug use, labor failure, family conflicts etc. There is, in some cases, the mark of a passage through prison that amplifies

the negative daily life with the previous history. This study aimed to analyze the determinants of individuals experiencing homelessness who have been arrested, using an econometric approach based on data from the Census of this population conducted by the São Paulo City Hall. As a result, among the most important variables to explain whether an individual experiencing homelessness has already been arrested are age, sex, whether they have already received some type of benefit, and alcohol and drug use. Specifically, for each year of age, individuals experiencing homelessness have a 0.4% lower probability of having been arrested; being male increases the probability of individuals experiencing homelessness having been arrested by 21%; receiving some type of benefit increases the probability of having already been arrested by 5%, and using alcohol and drugs increases this probability by 4% each.

Keywords: Individuals experiencing homelessness; Arrested; Logistic regression

1 INTRODUÇÃO E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

É oportuno e proposital iniciar este artigo com a indagação de Mattos e Ferreira (2004, p. 47): “quantos de nós, em meio às atividades corriqueiras, nos deparamos com a figura de um morador de rua?” Os autores ainda acrescentam, de forma pertinente, que as pessoas em situação de rua são frequentemente observadas sob olhares de medo, soslaio, hostilidade e/ou constrangimento. Embora alguns possam sentir pena, comoção ou compaixão, não é incomum enxergá-las como pessoas “perigosas”, “vagabundas”, “sujas e malcheirosas”, entre outros estereótipos negativos.

Dentre os vários grupos sociais que integram uma determinada espacialidade territorial, as pessoas em situação de rua constituem sujeitos de diversas investigações sociológicas, psicológicas, históricas etc. É uma categoria social muito complexa, pois ao mesmo tempo que transita entre o visível (está à vista nas ruas das cidades) e o invisível (a sociedade, de modo geral, finge não enxergar essa realidade), suas representações tendem a concebê-las pela perspectiva do abandono, do uso abusivo de álcool e/ou drogas, do malogro ou da inadaptação laboral, dos conflitos familiares, da precariedade da rede pública de proteção social, entre outras. Ademais, de acordo com Dias et al. (2015, p. 215) “a existência de pessoas que vivem nas ruas marca a sociedade brasileira desde a formação das suas primeiras cidades [...]” e “[...] nas últimas décadas, assiste-se ao aumento exponencial de pessoas que vivem nessas condições”.

Nessa realidade, “o uso do termo ‘pessoa em situação de rua’ busca superar as limitações de termos como “morador de rua”, que os situa como um grupo fixado numa condição específica, caracterizada por um conjunto de carências” (Pimenta, 2019, p. 83). Lado outro, o habitar da rua, temporariamente ou não, foi a única forma de vida possível para aquele cuja vulnerabilidade superou todos os limites da escolha (Schuch & Gehlen, 2012).

Nesse contexto, o que dizer dessas pessoas em situação de rua, quando a Prefeitura de São Paulo – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (2021), no Censo 2021 voltado para a caracterização socioeconômica dessa população adulta nessa cidade, inferiu que, na amostra de 2021 pessoas em situação de rua, 562 (27,8% dessa amostra) já estiveram em situação prisional? Ou seja, além dos estereótipos negativos citados por Mattos e Ferreira (2004) e Pimenta (2019), acrescenta-se ainda uma passagem criminal que amplia a já negativa cotidianidade e a enorme distância social marcada não somente pela fronteira física, mas também pela história pregressa.

Conforme Albuquerque (2022), o número de pessoas vivendo nas ruas da capital paulista ao final de 2021 atingiu a quantia de 31.884 (dados baseados no Censo da população em situação de rua, realizado pela prefeitura paulistana). Isso permite afirmar que a amostra pesquisada [2021 entrevistados(as)], com base nos dados apresentados, representa 6,34% do universo. Considerando a veracidade desses dados, qualquer inferência estatística feita com base nessa parametrização amostral possui um nível de confiança de 95% (probabilidade de a pesquisa obter os mesmos resultados se outro grupo de indivíduos de uma mesma população for entrevistado) e uma margem de erro de 2,11% (o resultado pode variar 2,11 pontos percentuais para cima ou para baixo), demonstrando uma alta representatividade amostral.¹

Destarte, este trabalho tem como objetivo analisar os determinantes das pessoas em situação de rua que já foram presas, fundamentado em uma abordagem

¹ Vale lembrar que esse Censo foi realizado na pandemia, sendo que tal situação se agravou nesse período, conforme dados apresentados por Bernardo et al. (2022).

econométrica a partir dos dados do Censo dessa população realizado pela Prefeitura de São Paulo – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (2021). Desse modo, o foco maior do presente artigo é na utilização de um instrumento estatístico (regressão logística, modelos *logit* e *probit*) que possibilite identificar quais as características influenciam a probabilidade de o morador de rua já ter sido preso. Inobstante esta opção metodológica, as questões pertinentes as dinâmicas, especificidades e heterogeneidades (raça, sexo, idade, gênero, classe etc.) das pessoas em situação de rua, recorre-se à leitura dos trabalhos do Programa Polos de Cidadania da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (2023), dos autores anteriormente citados, bem como referências de literatura como o Conselho Nacional do Ministério Público (2015), Koopmans et al. (2018), Campos et al. (2019), Carvalho e Silva (2021), Esmeraldo Filho e Moraes (2021); Silva, Campos e Bolsoni (2023) e outros estudos relevantes.

Este artigo está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda seção apresenta uma breve análise descritiva e qualitativa dos dados do Censo da população em situação de rua, para pessoas que já foram presas, realizado pela Prefeitura de São Paulo – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (2021). As variáveis e os procedimentos metodológicos utilizados compõem a terceira seção. A quarta seção expõe os resultados e discussões derivados do uso da regressão logística. A última seção contém as considerações finais.

2 ANÁLISE DESCRITIVA E QUALITATIVA DOS DADOS DO CENSO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, PARA PESSOAS QUE JÁ FORAM PRESAS, REALIZADO PELA PREFEITURA DE SÃO PAULO (2021)

O setor da Supervisão de Pesquisa e Georreferenciamento (SPGEO) da Prefeitura de São Paulo é o órgão responsável pela função de “[...] produzir informações sobre as situações de riscos e vulnerabilidades e sobre as necessidades de proteção da população, no que concerne à assistência social [...]”; nesse sentido,

“[...] deve produzir as análises das informações territorializadas sobre as situações de risco e vulnerabilidade que incidem sobre famílias e indivíduos para a construção de diagnósticos e estudos [...]” (Prefeitura de São Paulo – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, 2023, n.p).

O Censo da população em situação de rua de 2021 está disponível no site da Prefeitura de São Paulo – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (2023). Nessa referência consta também os dados da pesquisa censitária e os dados da pesquisa socioeconômica da população em situação de rua. Além disso, há o Relatório Completo do Censo (Produto V) e o Relatório Final da Pesquisa Amostral do Perfil Socioeconômico (Produto IX), que fazem parte de um projeto maior intitulado: Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo – 2021. Para obter mais informações sobre os procedimentos metodológicos adotados na realização dessa pesquisa censitária, sugere-se a leitura dos documentos mencionados no site.²

Conforme Produto IX, “o trabalho de campo da coleta de dados da fase da pesquisa amostral foi realizado entre os dias 06 e 10 de dezembro de 2021, quando foram entrevistadas 2021 (duas mil e vinte e uma) pessoas” em situação de rua (Prefeitura de São Paulo – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, 2022, p. 12). Dentre os pesquisados, também foi questionado se haviam passado por alguma instituição, tais como: penitenciárias ou outras instituições do sistema prisional ou de justiça (como, por exemplo, serviços de acolhimento institucional, clínicas ou instituições psiquiátricas, clínicas para recuperação para dependência química etc.). Como corolário, 45,3% dos entrevistados relataram que nunca estiveram nessas instituições, mas “[...] 34,5% passaram por clínicas para tratamento de dependência química, 28,4% passaram pelo sistema carcerário,

² Em termo de programas, o poder público do município pesquisado investe também em projetos para reinserção dos moradores de rua na sociedade. Sobre tais práticas, ver: Prefeitura de São Paulo – Assistência e Desenvolvimento Social (2023).

10,2% por instituição psiquiátrica, 8,6% pela Fundação Casa e 3,1% por serviços de acolhimento institucional” (Prefeitura de São Paulo – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, 2022, p. 76-77).

Na presente pesquisa, no entanto, serão considerados não os 28,4% que afirmaram ter passado por penitenciárias ou outras instituições do sistema prisional ou de justiça. Isso se deve ao fato de que, na pergunta seguinte do Censo, que indagava para quem tinha passagem pelo sistema prisional ou de justiça em que instituição teria ficado, houve pessoas que “não responderam” ou “não souberam”. Essas, por não especificarem qual sistema prisional ou de justiça passaram, foram excluídas visando aumentar a acurácia dos dados censitários. Com isso, para efeitos da regressão logística e da análise descritiva dos dados, o total com o qual será trabalhado é de 562 pessoas que tiveram passagem pelo sistema prisional ou de justiça e indicaram o local onde estiveram, sendo a amostra de 2010 pessoas.

Isto posto, dos 562 entrevistados nessas condições, as instituições onde passaram (em ordem decrescente) foram: Penitenciária (56,9%); Centro de Detenção Provisória (20,1%); Cadeia de Delegacia (11,7%); Cadeia Pública (6,6%); Colônia Penal (3,7%); Centro de Progressão (0,5%); e Cadeia de albergado (0,4%). Conforme salientado pela Prefeitura de São Paulo – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (2022, p. 78), “é consideravelmente maior o número de pessoas que passaram por penitenciária entre as pessoas entrevistadas nas ruas”.

Quando saíram dessas instituições prisionais, 52% dos entrevistados em situação de rua com passagem pelo sistema prisional ou de justiça foram para a casa de familiares, 35,6% foram diretamente para as ruas/calçadas, 9,4% foram para centros de acolhida e 3,1% foram para outro local, como a casa de amigos.

Nesse contexto, quando foram questionados sobre sua raça/cor/etnia declarada, as respostas foram as seguintes (em ordem decrescente): parda (54,8%); preta (21,9%); branca (19,8%); amarela (1,4%); indígena (1,4%); e preferiu não declarar (0,7%). Observa-se que a cor parda predomina, representando um

pouco mais da metade dos entrevistados, enquanto a cor preta é ligeiramente mais prevalente do que a cor branca.

Para a pergunta do Censo, “qual é o seu sexo?”, 90,7% responderam masculino, enquanto apenas 9,3% responderam feminino. No que diz respeito à identidade de gênero, a distribuição foi a seguinte (em ordem decrescente): 87,7% identificaram-se como homens cisgêneros; 7,8% como mulheres cisgêneras; 1,6% como agêneros; 1,6% como mulheres transexuais; 0,9% como homens transexuais; 0,2% como não binário; e 0,2% não declararam sua identidade de gênero.

Sobre a faixa etária dos entrevistados (referente à pergunta “quantos anos você tem?”), as respostas permitem enquadrar os participantes da seguinte forma (em ordem crescente pelas faixas etárias): 6,4% estão na faixa da adultez jovem inicial (20 a 25 anos); 28,8% na faixa da adultez jovem plena ou adultez média (26 a 35 anos); 21,7% na faixa da adultez jovem final ou adultez velha (36 a 40 anos); 39,5% na faixa da meia-idade (41 a 60 anos); e 3,6% na faixa da terceira idade (61 anos ou mais).

Conforme os dados expostos, a média de idade da amostra foi de 40 anos, com a moda também sendo de 40 anos. O desvio padrão foi de 10,1 anos e a amplitude variou de 18 a 74 anos. Além disso, ao somar a porcentagem da adultez jovem final (21,7%) com a porcentagem da meia-idade (39,5%), obtém-se um bloco majoritário que totaliza 61,2% dos pesquisados, concentrados na faixa etária de 36 a 60 anos.

A pergunta “até que série você estudou?”, que reflete o nível de escolaridade alcançado pela pessoa, apresentou a seguinte distribuição (em ordem decrescente): 21,4% no fundamental de 5ª a 8ª série incompleto (ginásio); 18% médio completo (colegial); 17,1% fundamental de 5ª a 8ª série completo (ginásio); 11,9% médio incompleto (colegial); 10,3% fundamental de 1ª a 4ª série incompleto (primário); 5,2% fundamental de 1ª a 4ª série completo (primário); 3% nível superior incompleto; 2,3% nível superior completo; 1,2% Educação para Jovens e Adultos (EJA) ensino fundamental completo; 1,2% EJA ensino fundamental incompleto; 1,1% EJA ensino

médio completo; 0,5% EJA ensino médio incompleto; 0,2% pós-graduação/mestrado/doutorado; 6,2% a pergunta não se aplica; e 0,4% não responderam.

Diante desse panorama, em que parcelas expressivas dessa amostra foram alfabetizadas (92%) e frequentaram a escola (93,8%), o destaque foi o somatório dos percentuais de ensino de 5ª a 8ª série (colegial, ginásial e EJA médio) completo e incompleto, que totalizou 70% dos respondentes. Em seguida, tem-se o somatório dos percentuais de ensino de 1ª a 4ª série (primário e EJA fundamental) completo e incompleto, que representa 17,9% dos respondentes.

Algumas das características até aqui relatadas (raça/cor/etnia declarada, sexo, gênero, faixa etária e nível de escolaridade), também constam em parcela expressiva da literatura afim [sobre isto ver, por exemplo, Conselho Nacional do Ministério Público (2015), Koopmans et al. (2018) e Dias et al. (2021)].

Quando questionados sobre por que começaram a dormir na rua e/ou centros de acolhida, as principais razões (em ordem decrescente) foram: 30,8% devido a conflitos familiares; 19,6% devido à dependência de drogas ilícitas; 13,5% devido à perda de trabalho/renda; 9,1% devido à dependência de álcool; 6,8% devido à perda de moradia; 5,2% por serem egressos do sistema prisional; 3,2% devido a problemas de saúde (depressão, vinda para São Paulo para tratamento de saúde, etc.); 0,7% devido a deslocamentos urbanos; 0,3% devido a migração/imigração; 0,3% devido à pandemia de Covid-19; 8,2% por outros motivos; 1,6% não responderam; e 0,7% não souberam responder. Uma pequena parcela apontou ser egresso do sistema prisional.

Essas razões apontadas sobre por que dessas pessoas começaram a dormir na rua e/ou centros de acolhida vão de encontro com grande parte da literatura afim, como pode constatado, por exemplo, em Pimenta (2019), Carvalho e Silva (2021) e Silva, Campos e Bolsoni (2023).

Em relação à situação atual de trabalho e benefícios recebidos pelas pessoas em situação de rua que já passaram por ambientes prisionais ou de justiça,

aproximadamente 61,7%% afirmaram trabalhar, enquanto 51,1% relataram receber algum tipo de benefício. Esses benefícios podem incluir programas como Bolsa Família, Renda Cidadã, Renda Mínima, Auxílio Emergencial, Benefício de Prestação Continuada, Aposentadoria/Pensão e Bolsa Aluguel.

As formas encontradas pelas 562 pessoas em situação de rua que tiveram passagem pelo sistema prisional ou de justiça para ganharem dinheiro (em ordem decrescente) foram as seguintes: atuando como catador de materiais recicláveis (32%); pedindo dinheiro (14%); não fazendo nada (12,6%); trabalhando no comércio ambulante (9,8%); sendo ajudante geral (7,3%); realizando outras atividades autônomas (5,2%); trabalhando em carga e descarga (4,6%); envolvendo-se em atividades da construção civil, como pedreiro ou pintor (3%); atuando como lavador e/ou guardador de carros, também conhecido como flanelinha (2,7%); realizando serviços de zeladoria, porteiro ou vigilante (2%); distribuindo panfletos (2%); realizando atividades artísticas de rua (0,5%); envolvendo-se em prostituição ou programas sexuais (0,5%); realizando serviços administrativos (0,5%); trabalhando em serviços de transporte (0,4%); outras formas (2,7%); e não respondeu (0,2%).

Esses meios de ganhar dinheiro são caracteristicamente de baixa renda e sazonais. Conforme pode ser constatado em Esmeraldo Filho e Moraes (2021, p. 43-44), “os que trabalham e obtêm renda conseguem comprar comida, no entanto há doações de alimentos na rua [...]”, além disso, na rua “[...] o trabalho é visto como algo importante, pois os mantêm longe do uso de drogas e permite o sustento da família”. Embora não tenha sido mencionado no Censo em questão, mas com base em Esmeraldo Filho e Moraes (2021) e Fontes (2022), também existem pessoas em situação de rua que obtêm dinheiro por meio de pequenos atos ilegais.

É importante ressaltar que a relação entre a vida nas ruas e o uso de drogas e/ou bebidas alcoólicas pela população em situação de rua é um fenômeno frequentemente abordado na literatura relacionada a esse tema. Estudos como os de Mendes e Horr (2014) e Campos et al. (2019), por exemplo, discutem com propriedade essa questão.

Para a amostra em estudo, quanto à questão do consumo de bebidas alcoólicas, 58,9% das pessoas entrevistadas afirmaram fazer uso, enquanto o consumo de drogas foi apontado por 32,2%. Quanto à frequência com que se faz o uso de drogas, as manifestações foram as seguintes (em ordem decrescente): todos os dias (31,1%); alguns dias por semana (20,6%); menos de uma vez por semana (11,4%); não selecionou (36%); e não respondeu (0,9%).

Feito este quadro alusivo às principais características da população em situação de rua que já foi presa, conforme Censo da Prefeitura de São Paulo – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (2021), a seção seguinte apresenta as variáveis e os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da regressão logística. Já a seção subsequente apresentará os resultados e discussões derivados do uso dessa análise econométrica.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método escolhido para esta pesquisa foi a regressão logística [modelos *logit* e *probit* – para maiores considerações sobre esse instrumental ver, por exemplo: Cramer (1999) e Greene (2002); aplicações empíricas ver, por exemplo: Shikida et al. (2020) e Amaral, Shikida e Silva (2021)]. Essa escolha se deve ao objetivo de identificar quais características têm influência na probabilidade de uma pessoa em situação de rua ter sido presa. Para alcançar esse escopo, foi estimada a Equação 1:

$$\ln \left(\frac{p}{p-1} \right) = \beta_0 + \sum \beta_x + \varepsilon \quad (1)$$

em que: p é a probabilidade de a pessoa ter sido presa, $p-1$ é a probabilidade de a pessoa não ter sido presa, β é o coeficiente de cada variável independente, x são as variáveis de controle e ε são os resíduos. A Equação 1 identifica se a variável em análise aumenta ou diminui a probabilidade de a pessoa já ter sido presa. No entanto,

de acordo com Greene (2002), para estimar os efeitos marginais de cada variável, é necessário utilizar a seguinte equação:

$$[\partial F/\partial \beta] = [dF/dz][\partial z/\partial \beta] \quad (2)$$

Visando cumprir o objetivo deste trabalho, foram utilizados dados do Censo da Prefeitura de São Paulo – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (2021), referentes ao ano de 2021. A amostra consiste em 2010 pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo. A variável de interesse é quando a pessoa respondeu “Sistema prisional” ao ser questionada sobre quais instituições já esteve e a apontou. Portanto, a variável dependente foi construída da seguinte forma: 1 se a pessoa já esteve presa e 0 se a pessoa não esteve presa.

Para identificar quais características aumentam a probabilidade de uma pessoa já ter sido presa, foram selecionadas as seguintes variáveis: etnia (1 para branco e 0 para não branco, sendo que a categoria não branco inclui preto, pardo, indígena e amarelo); sexo (1 para homem e 0 para mulher); alfabetizado (1 para sim e 0 para não); frequência escolar (1 para sim e 0 para não); situação de trabalho atual (1 para sim, incluindo trabalhar com carteira assinada, sem carteira assinada, fazer bicos ou ser autônomo, e 0 para não trabalhar); recebimento de benefícios, como aposentadoria, pensão, auxílio doença, auxílio emergencial, bolsa aluguel, bolsa família, renda cidadã, renda mínima, benefício de prestação continuada, renda básica emergencial ou seguro desemprego (1 para sim e 0 para não); consumo de bebidas alcoólicas, como cachaça, cerveja ou uísque (1 para sim e 0 para não); e uso de droga (1 para sim e 0 para não).

A tabela 1 apresenta os dados para aqueles que já foram presos, os que não foram presos e o total da amostra a ser utilizada no procedimento econométrico.

Quadro 1 – Quantidade de presos e não presos da amostra de pessoas em situação de rua e características, base de dados do Censo da Prefeitura da Cidade de São Paulo (2021)

(Continua)

Variável	Já foi preso	Não foi preso	Amostra
Amostra	562	1448	2010
Etnia			
Amarelo	8	15	23
Branco	111	382	493
Indígena	8	19	27
Parda	308	707	1015
Preto	123	303	426
Não declarou	4	22	26
Sexo			
Homem	510	1109	1619
Mulher	52	339	391
Alfabetizado			
Sim	517	1350	1867
Não	45	98	143
Frequentou escola			
Sim	527	1352	1879
Não	35	96	131
Trabalha atualmente			
Sim (carteira assinada)	14	30	44
Sim (sem cartei. assin.)	22	57	79
Faz bicos	198	485	683
Autônomo	113	223	336
Não	213	647	860
Não soube/Não respon.	2	6	8

Quadro 1 – Quantidade de presos e não presos da amostra de pessoas em situação de rua e características, base de dados do Censo da Prefeitura da Cidade de São Paulo (2021)

(Conclusão)

Recebe benefício			
Bolsa Família Renda Cidadã Renda Mínima	204	536	740
Auxílio Emergencial	53	171	224
Benefício Prest. Contin.	13	53	66
Aposentadoria/Pensão	7	54	61
Bolsa Aluguel	2	16	18
Outros	8	22	30
Não	275	596	871
Bebida Alcoólica			
Sim	331	697	1028
Não	231	751	982
Droga			
Sim	181	333	514
Não	381	1115	1496

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do Censo da Prefeitura de São Paulo – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (2021)

Embora o escopo deste artigo seja analisar os determinantes das pessoas em situação de rua que já foram presas, por meio de tratamento econométrico, vale salientar que existem referências que ampliam o entendimento desse complexo quadro. Resende e Mendonça (2019), por exemplo, contribuem ao apresentar aspectos da representação das pessoas em situação de rua nas notícias sobre políticas públicas veiculadas no portal Folha de São Paulo. Cunda e Silva (2020), em trabalho intitulado “Me chamam rua, população, uma situação: os nomes da rua e as políticas da cidade”, seguem nessa mesma linha, abordando os limites da pobreza humana, códigos e estratégias de sobrevivência. Além disso, o estudo de Alves, Pereira e Peres (2020) ressalta as políticas públicas direcionadas à Cracolândia paulistana, fornecendo informações valiosas sobre as pessoas em situação de rua usuárias de drogas. Essas três referências permitem enriquecer a compreensão das características das pessoas em situação de rua, conforme apresentada no Quadro 1.

Isto posto, constata-se no Quadro 1 uma amostra de 562 pessoas que já foram presas e 1.448 que não foram presas, o que indica que a amostra está desbalanceada. De acordo com Cramer (1999), uma das consequências de uma amostra desbalanceada em modelos de regressão logística é que a previsão das probabilidades será melhor para o conjunto de dados que possui mais observações.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram realizadas quatro regressões, duas com o modelo *logit* e duas com o modelo *probit*. Conforme Quadro 2, os modelos 1 e 2 incluem todas as variáveis selecionadas para a pesquisa, enquanto os modelos 3 e 4 contêm apenas as variáveis que apresentaram melhor ajuste de acordo com o Critério de Informação de Akaike (AIC). Não foram identificados problemas de multicolinearidade nem de heteroscedasticidade nos modelos analisados. As regressões foram realizadas com o *software R* [Hlavac (2022) e *R core team* (2021)].

Antes de prosseguir para a discussão dos resultados, é importante ressaltar que, apesar da desigualdade na quantidade de observações, também foram realizadas regressões com o mesmo número de indivíduos presos e não presos (amostra balanceada), e não foi observada diferença significativa entre as regressões. Portanto, foi mantida a amostra com 562 pessoas que já foram presas e 1.448 que não foram presas em situação de rua na cidade de São Paulo em 2021.

Também foi estimado o efeito marginal que cada variável teve sobre a probabilidade de ter sido preso. Para os efeitos marginais, será interpretado o modelo 4, que apresentou o melhor ajuste (menor AIC). Assim, de acordo com o modelo 4, a cada ano de idade, a pessoa em situação de rua tem uma probabilidade 0,4% menor de ter sido presa. Ser homem aumenta a probabilidade de a pessoa em situação de rua ter sido presa em 18%. O uso de bebida alcoólica aumenta a probabilidade em 4%, enquanto o uso de drogas também aumenta a probabilidade em 4%. Receber algum tipo de benefício aumenta a probabilidade de já ter sido preso em 5%.

Quadro 2 – Resultados dos modelos (*Logit e Probit*)

Variáveis	Logit (1)	Probit (2)	Logit (3)	Probit (4)
Idade	-0.02*** (0.005)	-0.01*** (0.003)	-0.02*** (0.005)	-0.01*** (0.003)
Etnia	-0.28** (0.13)	-0.17** (0.07)	- -	- -
Sexo	1.06*** (0.17)	0.62*** (0.09)	1.13*** (0.16)	0.65*** (0.09)
Alfabetizado	-0.27 (0.20)	-0.17 (0.12)	-0.24 (0.19)	-0.15 (0.12)
Escola	0.15 (0.22)	0.10 (0.13)	- -	- -
Sozinho	0.10 (0.12)	0.06 (0.07)	- -	- -
Trabalha	0.14 (0.11)	0.08 (0.06)	- -	- -
Benefício	0.29*** (0.10)	0.19*** (0.06)	0.29*** (0.10)	0.19*** (0.06)
Bebida	0.22** (0.11)	0.13** (0.06)	0.22** (0.11)	0.13** (0.06)
Droga	0.22* (0.12)	0.15** (0.07)	0.22* (0.12)	0.15** (0.07)
Constant	-1.15*** (0.35)	-0.68*** (0.20)	-0.97*** (0.31)	-0.57*** (0.18)
Observações	2,010	2,010	2,010	2,010
Log Likelihood	-1,126.40	-1,124.89	-1,130.26	-1,128.79
AIC	2,274.81	2,271.79	2,274.51	2,271.58

Obs.: desvio padrão em parênteses. * estatisticamente significativo a 5%; ** estatisticamente significativo a 1%; *** estatisticamente significativo a 0,1%.

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Sobre o último ponto, a pesquisa de Palmer, Phillips e Sullivan (2019) mostra que prover auxílio financeiro para pessoas em situação de rua reduz a probabilidade de que sejam presos. Porém, pelas perguntas do Censo aplicado, não é possível determinar com precisão se a passagem pela prisão ocorreu antes e/ou durante o período em que estiveram em situação de rua. Além disso, vale lembrar que a regressão logística, por si só, não pode ser usada para inferir causalidade, mas é útil para estimar

a probabilidade de ocorrência de um evento (pessoa em situação de rua ter passado pelo sistema prisional) com base nas variáveis independentes (idade, sexo, se recebe benefício, consome bebida alcoólica, usa drogas etc.).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando uma pessoa não dispõe de renda suficiente para manter sua habitação e sustento, ela geralmente procura a ajuda de familiares próximos e/ou amigos. Caso não tenha acesso a essa rede de apoio, muitas vezes devido a conflitos familiares ou à falta de recursos de amigos, resta-lhe uma alternativa: utilizar as ruas da cidade como moradia, inicialmente de forma temporária, mas em alguns casos essa situação se torna perene. No entanto, tal realidade não é simplista, ao contrário, é complexa e caracterizada por diferentes contextos e composições populacionais heterogêneas.

A amálgama social que conecta essas condições envolve diversos fatores que não são mutuamente exclusivos, pois podem ocorrer simultaneamente. Esses fatores incluem fragilidade econômica decorrente do desemprego, ruptura de laços familiares devido a conflitos ou perda de entes queridos, dependência de álcool e/ou drogas ilícitas, problemas de saúde mental, falta de apoio público entre outros.

Com efeito, a população em situação de rua requer toda a atenção por parte dos poderes públicos, conforme atestam não apenas estudos correlatos citados ao longo deste artigo, mas também os objetivos de pastas relacionadas ao tema em diversas secretarias municipais, estaduais e federais. Além disso, existem Organizações Não Governamentais (ONGs), clubes de serviços, instituições religiosas etc. que também oferecem apoio a essa população. No entanto, mesmo diante dessas iniciativas, e sem uma abordagem crítica estéril, esse problema persiste e é evidente nas ruas das grandes e médias cidades brasileiras.

No entanto, compreender quem é a pessoa em situação de rua e os fatores que a levaram a essa condição é uma questão importante que deve ser constantemente aprimorada para subsidiar as ações dos poderes públicos. Com esse cenário, este

estudo se propôs a analisar as características mais importantes de uma pessoa que está em situação de rua, levando em consideração sua experiência prévia de ter passado por um ambiente prisional. Se as pessoas em situação de rua já são frequentemente vistas com olhares que variam entre compaixão e extremo preconceito, o que dizer delas ao saber se já esteve, por exemplo, em uma penitenciária?

Assim, o objetivo deste artigo foi analisar os fatores que influenciam as pessoas em situação de rua que já passaram pelo sistema prisional, utilizando uma abordagem econométrica com base nos dados do Censo dessa população realizado pela Prefeitura de São Paulo. Os resultados indicam que algumas variáveis são especialmente relevantes na explicação se uma pessoa em situação de rua já teve passagem na prisão, como a idade, o sexo, se já recebeu algum tipo de benefício e os usos de bebida alcoólica e droga. Nesse contexto, constatou-se que a cada ano de idade, a pessoa em situação de rua tem uma probabilidade 0,4% menor de ter sido presa. Ser homem aumenta a probabilidade de a pessoa em situação de rua ter sido presa em 18%. Receber algum tipo de benefício aumenta a probabilidade de já ter sido preso em 5%, enquanto o uso de bebida alcoólica e drogas eleva essa probabilidade em 4% cada.

Como conclusão geral, pode-se afirmar que, considerando as variáveis disponíveis no questionário do Censo da Prefeitura de São Paulo e os resultados obtidos, o perfil de uma pessoa em situação de rua que já teve experiência no sistema prisional não difere muito daqueles que vivenciam essa realidade. Dessa forma, a construção social da imagem de um ser humano que, por algum motivo, vive nas ruas e já passou pelo sistema prisional, não apresenta características extraordinárias que o diferenciem de outras realidades dentro dessa população. Se existe algum preconceito em relação à história pregressa de uma pessoa em situação de rua, marcada pelo cárcere, este artigo demonstra que suas características são muito semelhantes às das pessoas que não passaram por essa experiência.

Por último, mas não menos importante, este trabalho traz à tona perspectivas para novas pesquisas. Sugere-se que, em futuros censos voltados para essa população, sejam incluídas perguntas sobre a prática de atividades ilícitas antes e durante o período em que estiveram em situação de rua (se ocorreram ou não). Em caso positivo, indagar sobre a frequência dessas atividades ilegais e as razões por trás do envolvimento nelas. Sabe-se que 5,2% da amostra estudada foram para a rua por serem egressos do sistema prisional, mas o Censo não permite inferir o motivo pelo qual passaram pelo sistema prisional, nem se reincidiram durante o período em que estavam na rua. Outra questão de interesse é como as forças de segurança abordam essa situação específica das pessoas em situação de rua que cometem ilícitos, e como o judiciário as trata, levando em consideração a perspectiva delas. Além disso, vale destacar a necessidade de pesquisas futuras para aprofundar o assunto, explorando outras literaturas atuais que abordem, por exemplo, aspectos sociológicos e culturais para reflexão.

É essencial destacar que tais sugestões não têm a intenção de reforçar a visão negativa que parte da sociedade tem sobre as pessoas em situação de rua. Pelo contrário, o objetivo é obter um maior conhecimento do perfil dessa população, visando maximizar a efetividade das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, F. (2022). *SP: população em situação de rua cresce 31% em 2 anos, mostra censo*. Recuperado de [https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-01/populacao-de-rua-cresceu-31-em-dois-anos-indica-censo#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20pessoas%20vivendo,Social%20\(SMADS\)%20da%20prefeitura](https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-01/populacao-de-rua-cresceu-31-em-dois-anos-indica-censo#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20pessoas%20vivendo,Social%20(SMADS)%20da%20prefeitura).
- Alves, Y. D. D.; Pereira, P. P. G.; Peres, P. S. (2020). Nascimento, vida e morte de uma política pública: uma etnografia do programa de braços abertos. *Cadernos de Saúde Pública*, 36 (3), p. 1-11.
- Amaral, J. A. S.; Shikida, P. F. A.; Silva, R. G. da. (2021). Mulheres e prática religiosa antes da prisão: um estudo de caso na Unidade Prisional Feminina (UPF)/Estado do Acre. *REVER – Revista de Estudos da Religião*, 21 (1), p.51-65.

- Bernardo, J.; Romão, I.; Alves, I.; Novaes, I. (2022). *Número de moradores em situação de rua aumenta até 6 vezes em periferias de SP*. Recuperado de <https://jornal.unesp.br/2022/07/01/numero-de-moradores-em-situacao-de-rua-aumenta-ate-6-vezes-em-periferias-de-sp/#:~:text=A%20pandemia%20de%20Covid%2D19,555%25%20entre%202019%20e%202021>.
- Campos, L. C. M.; Oliveira, J. F. de; Porcino, C.; Uchôa Reale, M. J. de O.; Santos, M. V. S.; Ferreira de Jesus, M. E. (2019). Representações sociais de pessoas em situação de rua sobre morador de rua que usa drogas. *Revista Baiana de Enfermagem*, 33 (e26778), p. 01-09.
- Carvalho, P. de S.; Silva, L. R. de B. (2021). Trabalho e população em situação de rua: um debate em contínua necessidade. *Revista Libertas*, 21 (1), p. 697-711.
- Conselho Nacional do Ministério Público. (2015). *Guia de Atuação Ministerial: defesa dos direitos das pessoas em situação de rua*. Brasília: CNMP.
- Cramer, J. (1999). Predictive performance of the binary logit model in unbalanced samples. *Journal of the Royal Statistical Society*, 48 (1), p. 85-94.
- Cunda, M. F.; Silva, R. N. (2020). Me chamam rua, população, uma situação: os nomes da rua e as políticas da cidade. *Psicologia e Sociedade*, 32, p. 1-17.
- Dias, A. L. F.; Borges, A. O.; Cunha, B. E. B.; Castro, B. P.; Campos, J. Á.; Carvalho, M. C. A.; Martins, V. B. (2015). À margem da cidade: trajetórias de invisibilidade e exclusão de travestis em situação de rua. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 8 (spe), p. 214-233.
- Dias, A. L. F.; Migliari, W.; Rodrigues, G. C. M.; Poleze, L. dos S. (2021). *População em situação de rua: violações de direitos e (de) dados relacionados à aplicação do CadÚnico em Belo Horizonte, Minas Gerais*. Belo Horizonte (MG): Marginália. Comunicação.
- Esmeraldo Filho, C. E.; Morais, V. X. (2021). Recursos e Práticas de enfrentamento de pessoas em situação de rua: uma revisão sistemática. *Revista Polis e Psique*, 11 (3), p. 32-55.
- Fontes, L. (2022). *Crimes envolvendo moradores de rua crescem até 66% e aumentam crise no comércio de Belo Horizonte*. Recuperado <https://www.itatiaia.com.br/editorias/cidades/2022/06/07/crimes-envolvendo-moradores-de-rua-crescem-ate-66-e-provocam-crise-no-comercio-de-belo-horizonte>.
- Greene, W. (2002). *Econometric analysis*. New Jersey: Prentice Hall.
- Hlavac, M. (2022). *Stargazer: well formatted regression and summary statistics table. R package version 5.2.3*. Recuperado de <https://CRAN.R-project.org/package=stargazer>.
- Koopmans F. F.; Daher, D. V.; Acioli, S.; Sabóia, V. M.; Ribeiro, C. R. B.; Silva, C. S. S. L. (2018). O viver na rua: revisão integrativa sobre cuidados a moradores de rua. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 72 (1), p. 211-20.

- Mattos, R. M.; Ferreira, R. F. (2004). Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*, 16 (2), p. 47-58.
- Medeiros, R. (2019). Entre as andanças e as travessias nas ruas da cidade: territórios e uso de drogas pelos moradores de rua. *Civitas*. 19(1), 142-158.
- Mendes, C. R. P.; Horr, J. F. (2014). Vivência nas ruas, dependência de drogas e projeto de vida: um relato de experiência no CAPS-ad. *Revista Psicologia e Saúde*, 6 (1), p. 90-97.
- Palmer, C.; Phillips, D.; Sullivan, J. (2019). Does emergency financial assistance reduce crime? *Journal of Public Economics*. v. 169, p. 34-51.
- Pimenta, M. de M. (2019). Pessoas em situação de rua em Porto Alegre: processos de estigmatização e invisibilidade social. *Civitas*, 19 (1), p. 82-104.
- Prefeitura de São Paulo – Assistência e Desenvolvimento Social. (2021). *População em situação de rua São Paulo. Censo 2021*. Recuperado de <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibjY2ZkZC00YjIhLWFMmNmQTYmY2YzU4NWVjZDEwIiwidCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTUtNDZIYS1iMmE4LThINjE1NGM5MGUwNyJ9>.
- Prefeitura de São Paulo – Assistência e Desenvolvimento Social. (2022). *Produto IX. Relatório Final da Pesquisa Amostral do Perfil Socioeconômico*. Recuperado de https://qualitestct-my.sharepoint.com/personal/qualitestct_qualitestct_onmicrosoft_com/_layouts/15/onedrive.aspx?id=%2Fpersonal%2Fqualitestct_qualitestct_onmicrosoft_com%2FDocuments%2FProjetos%2FCENSO_SP_SMADS_2021%2FProdutos%202021%2FProduto5_SMADS_SP_2021%2Epdf&parent=%2Fpersonal%2Fqualitestct_qualitestct_onmicrosoft_com%2FDocuments%2FProjetos%2FCENSO_SP_SMADS_2021%2FProdutos%202021&ga=1.
- Prefeitura de São Paulo – Assistência e Desenvolvimento Social. (2023). *Pesquisa*. Recuperado de https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_socioassistencial/pesquisas/index.php?p=18626.
- Programa Polos de Cidadania da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. (2023). *População em situação de rua: violações de direitos e (de) dados relacionados à aplicação do CadÚnico em Belo Horizonte, Minas Gerais*. Recuperado de <https://polos.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/2021/09/Nota-Tecnica-inedita-elaborada-pelo-Programa-Polos-de-Cidadania-da-UFMG-sobre-o-CadUnico-em-Belo-Horizonte.pdf>.
- R Core Team. (2021). *R: A language and environment for statistical computing*. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. Recuperado de <https://www.R-project.org/>.
- Resende, V. de M.; Mendonça, D. G. de. (2019). População em situação de rua e políticas públicas: representações na Folha de São Paulo, *Delta*, 35 (4), p. 1-28.

- Schuch, P.; Gehlen, I. (2012). A situação de rua para além de determinismos: explorações conceituais. In: Dornelles, A. E.; Obst, J.; Silva, M. B (orgs.). *A rua em movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre*. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, p. 11-26.
- Shikida, P. F. A.; Garcias, M. O.; Souza, V.; Strauch, A. G. N. (2020). Suicídio policial: percepções a partir de dados primários no Oeste do Paraná. *Revista Práticas de Administração Pública (PAP)*, 4 (2), p. 86-112.
- Silva, A. J. D.; Campos, P. R. M.; Bolsoni, L. L. M. (2023). Vulnerabilidade social dos moradores de rua durante a pandemia de Covid-19: uma revisão de literatura. *Brazilian Journal of Health Review*, 6 (2), p. 5492-5508.
- Spadoni, I; Machado, C; Barroso, I; Boni, A; Faria, M; Souza, S. (2017). Perfil de drogadição e práticas sociais entre moradores de rua. *Psicologia e saber social*. v. 6, n. 1.

Como citar este artigo

Shikida, S. L., Eberhardt, P. H. de C., & Komesu, D. K. Determinantes das pessoas em situação de rua que já foram presas: uma análise econométrica a partir dos dados do Censo dessa população na cidade de São Paulo (2021). *Revista Práticas de Administração Pública*, Santa Maria, 6 (3), 01-21. <https://doi.org/10.5902/2526629283968>.